

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.865	4.546	83.853	52.813
Contas a receber de clientes	5	-	-	32.371	23.151
Títulos e valores mobiliários		-	-	1.808	9.118
Dividendos e juros sobre capital próprio receber		29.195	23.722	10.800	10.692
Impostos e contribuições a recuperar	6	-	-	7.097	5.749
Outros créditos		86	-	2.492	1.465
Total do circulante		36.146	28.268	137.921	102.988
Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	6	388	928	841	1.369
Depósitos judiciais		-	-	53	249
Outros ativos não circulantes		-	-	50.587	39.620
Imobilizado	7	1	17	615.117	650.785
Intangível		67	84	74	84
Investimentos	8	670.623	570.287	374.333	317.063
Total do não circulante		671.079	571.316	1.041.005	1.009.170
Ativo total		707.225	599.584	1.178.926	1.112.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas operacionais líquidas	14	-	-	172.789	151.079
Custo do serviço de energia elétrica e de operação	15	-	-	(58.424)	(60.530)
Lucro operacional bruto				114.365	90.549
Despesas operacionais		53.477	26.452	(6.273)	(19.033)
Despesas gerais e administrativas	16	(19.259)	(18.308)	(29.857)	(27.891)
Equivalência patrimonial	9	72.736	44.760	23.594	9.119
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas		-	-	(10)	(261)
Lucro antes do resultado financeiro		53.477	26.452	108.092	71.516
Resultado financeiro	17	(3.337)	3.114	(27.486)	(23.470)
Receitas financeiras		412	3.512	15.887	20.385
Despesas financeiras		(243)	(398)	(36.314)	(38.764)
Varição monetária, líquida		(3.506)	-	(7.059)	(5.091)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		50.140	29.566	80.606	48.046
Imposto de renda e contribuição social		-	(346)	(11.024)	(9.276)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores		50.140	29.220	69.582	38.770
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(19.442)	(9.550)
Lucro líquido do exercício		50.140	29.220	50.140	29.220

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores		50.140	29.220	69.582	38.770
Resultado abrangente reflexo da controlada no patrimônio líquido	13.3	1.178	(46.648)	1.178	(46.648)
Resultado abrangente do exercício		51.318	(17.428)	70.760	(7.878)
Atribuível a					
Acionistas controladores		51.318	(17.428)	51.318	(17.428)
Acionistas não controladores		-	-	19.442	9.550

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Notas	Capital Reserva		Reserva de retenção de lucros acumulados	Lucros (prejuízos) resultantes	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores		Total
		social	legal					31/12/2017	31/12/2016	
Saldos em 1 de janeiro de 2016		464.000	4.008	76.146	80.154	44.003	588.157	126.678	714.835	
Aumento de capital	13.1	13.532	-	-	-	-	13.532	-	13.532	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	29.220	-	29.220	9.550	38.770	
Resultados abrangentes	13.2	-	-	-	-	(46.648)	(46.648)	-	(46.648)	
Constituição de reserva legal		-	1.462	-	(1.462)	-	-	-	-	
Constituição de reserva para retenção de lucros	13.3	-	-	27.758	(27.758)	-	-	(1.780)	(1.780)	
Declaração de dividendos		-	-	-	-	-	-	(3.399)	(3.399)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		477.532	5.470	103.904	109.374	(2.645)	584.261	131.050	715.311	
Aumento de capital	13.1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	50.140	-	50.140	19.442	69.582	
Resultados abrangentes	13.2	-	-	-	-	1.178	1.178	-	1.178	
Constituição de reserva legal		-	2.507	-	(2.507)	-	-	-	-	
Constituição de reserva para retenção de lucros	13.3	-	-	47.633	(47.633)	-	-	(4.021)	(4.021)	
Declaração de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(11.908)	-	-	(11.908)	-	(11.908)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		477.532	7.976	139.630	147.606	(1.467)	623.671	146.471	770.142	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Elektro Renováveis do Brasil S.A. ("Elektro Renováveis" ou "Companhia"), tem como objeto social a geração, distribuição, venda e qualquer outra forma de comercialização de energia elétrica por meio de planejamento, projeção, construção, reabilitação, ampliação, manutenção e exploração de centrais de energia elétrica de origem renovável. O objeto social será desenvolvido mediante pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), parques eólicos de qualquer tamanho, plantas de biomassa e outros, além de participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Companhia celebrou um acordo de consórcio com a Neoenergia S.A. com vistas na participação no leilão de energia eólica de agosto de 2010. No referido leilão, o consórcio vendeu energia de 10 parques eólicos. Como fruto dessa parceria, foi constituída a Força Eólica do Brasil S.A. tendo como acionistas a Companhia e Neoenergia S.A. cada uma com 50% de seu capital social. Em 2012, os 10 projetos vencedores do leilão de 2010 foram transferidos à Força Eólica do Brasil S.A., que será responsável pela sua construção e operação. Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas de ambas empresas, foi consumada a incorporação da Elektro Holding S.A. até então controladora da Elektro Comercializadora pela Neoenergia S.A. A Companhia possui indiretamente o direito de explorar as seguintes autorizações:

Autorizada	Atividade	Estado	Capacidade instalada (MW)	Data da autorização	Energia contratada (MWmed)	Data de encerramento
Arizona 01	Eólica	RN	28,0 MW	03/03/2011	12,3 MW	03/03/2046
Mel 2	Eólica	RN	20,0 MW	24/02/2011	9,3 MW	24/02/2046
Caetitê 1	Eólica	BA	30,0 MW	16/10/2012	13,0 MW	16/10/2047
Caetitê 2	Eólica	BA	30,0 MW	04/02/2011	11,0 MW	04/02/2046
Caetitê 3	Eólica	BA	30,0 MW	23/02/2011	11,1 MW	23/02/2046
Calango 1	Eólica	RN	30,0 MW	26/04/2011	13,8 MW	26/04/2046
Calango 2	Eólica	RN	30,0 MW	06/05/2011	11,8 MW	06/05/2046
Calango 3	Eólica	RN	30,0 MW	26/05/2011	13,8 MW	26/05/2046
Calango 4	Eólica	RN	30,0 MW	18/05/2011	12,8 MW	18/05/2046
Calango 5	Eólica	RN	30,0 MW	01/06/2011	13,7 MW	01/06/2046
Calango 6	Eólica	RN	30,0 MW	18/11/2014	18,5 MW	18/11/2049
Santana 1	Eólica	RN	30,0 MW	12/11/2014	17,2 MW	12/11/2049
Santana 2	Eólica	RN	24,0 MW	12/11/2014	12,9 MW	12/11/2049
Canoas	Eólica	PB	30,0 MW	03/08/2015	12,3 MW	03/18/2050
Lagoa 1	Eólica	PB	30,0 MW	03/08/2015	9,3 MW	03/18/2050
Lagoa 2	Eólica	PB	30,0 MW	03/08/2015	13,0 MW	03/18/2050
EnerBrasil	Eólica	RN	49,3 MW	19/12/2001	17,9 MW	29/06/2026

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da Companhia, de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas e de controladas em conjunto, abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	% Participação direta ou indireta			
		Direta		Indireta	
		2017	2016	2017	2016
EnerBrasil - Energias Renováveis do Brasil S/A.	Geração	99%	-	99%	-
Força Eólica do Brasil S.A.	Energia renovável	50%	-	50%	-
Força Eólica do Brasil 1 S.A.	Holding	50%	-	50%	-
Força Eólica do Brasil 2 S.A.	Holding	50%	-	50%	-
Força Eólica Participações S.A.	Holding	-	50%	-	50%
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Caetitê 1 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Caetitê 2 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Caetitê 3 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Calango 1 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Calango 2 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Calango 3 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Calango 4 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Calango 5 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Calango 6 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Canoas Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Lagoa 1 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Lagoa 2 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Mel 2 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Santana 1 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%
Santana 2 Energia Renovável S.A.	Geração	-	50%	-	50%

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir: a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas. b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas. c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Os valores das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado são de R\$146.472 em 31 de dezembro de 2017 e R\$131.050 em 31 de dezembro de 2016. Quando necessário, as Demonstrações Financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas Demonstrações Financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feito tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações

Passivo e patrimônio líquido

Circulante

Notas	2017	2016	2017	2016
Fornecedores		9	-	6.189
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	48.435
Impostos e contribuições a recolher	11	4.648	4.352	8.866
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		11.908	-	23.046
Provisões e encargos trabalhistas		191	128	2.342
Provisão para contingências		-	-	-
Outros passivos	66.697	10.843	75.685	18.218
Provisões		-	-	334
Total do circulante		83.453	15.323	164.897

Não circulante

Notas	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	226.772
Provisão para contingências		-	-	-
Provisão para desmantelamento	9	-	-	11.597
Outros passivos		101	-	5.518
Total do não circulante		101	-	243.887

Patrimônio líquido

Notas	2017	2016	2017	2016
Capital social	13.1	477.532	477.532	477.532
Reservas de lucros	13.2	147.606	109.374	147.606
Outros Resultados Abrangentes	13.3	(1.467)	(2.645)	(1.467)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	146.471
Total patrimônio líquido		623.671	584.261	770.142

Passivo e patrimônio líquido total

Notas	2017	2016	2017	2016
	707.225	599.584	1.178.926	1.112.158

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	50.140	29.220	69.582	38.770
Itens do lucro líquido que não afetam caixa	(72.532)	(44.713)	50.128	107.682
Juros e variação monetária	-	-	40.180	61.706</

ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 09.012.586/0001-89

lização de ativos: Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmantelamento de ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e estão sendo depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.
2.12. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.
2.13. Receitas e despesas financeiras: A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.
2.14. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.4). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado num base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.
3.1. IFRS 9 *Financial Instruments* (CPC 48 *Instrumentos Financeiros*): A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 *Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração*.
• Classificação - Ativos financeiros: A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.
• Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais: A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; A Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48. Com base na metodologia de *impairment* descrita abaixo, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Em R\$ mil	Impairment adicional estimado em 01/01/2018 (consolidado)
Contas a receber de clientes	45
Contas a receber com a CCEE	135
Partes relacionadas	5
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	185

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos 5 últimos anos. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.
• Passivos financeiros: A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: – o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e – o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial.
• Divulgações: A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.
• Transição: As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. - As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.
3.2. IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (CPC 47 *Receita de Contratos com Clientes*): A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) *Receitas*, CPC 17 (IAS 11) *Contratos de Construção* e a CPC 30 *Interpretação A* (IFRIC 13) *Programas de Fidelidade com o Cliente*.
• Receita de geração: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia gerada é provisionada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha qualquer impacto em suas demonstrações financeiras.
• Câmara de Comercialização de Energia - CCEE: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia gerada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.
• Transição: A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.
3.3. IFRS 16 *Leases* (arrendamentos): A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) *Operações de Arrendamento Mercantil* e o ICP3 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) *Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil*. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 *Receita de Contratos com Clientes* em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por arrendamento operacional dos terrenos onde estão instaladas as torres de medição e os parques eólicos controlados pela Companhia. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 10.
• Transição: Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.
3.4. Outras alterações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - Alterações ao CPC 36 *Demonstrações Consolidadas* (IFRS 10) e ao CPC 18 *Investimento em Coligada* (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. - IFRIC 23 *Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda*. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários à vista	54	357	7.343	11.384
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.811	4.189	84.600	41.429
Total	6.865	4.546	91.943	52.813

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização. A carteira de aplicações financeiras é constituída por títulos de renda fixa (Certificado de Depósito Bancário - CDB e debêntures compromissadas), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017 a rentabilidade média estava em 95,00% do CDI (97,25% em 2016). Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento sem risco significativo de perda de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Representam direitos provenientes da venda de energia elétrica prevista em contratos de compra e venda mercantil. As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, quando aplicável, com base nos valores a receber dos clientes vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada cliente, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
	A vencer	
Fornecimento terceiros	12.940	13.210
Fornecimento Eletrobrás	8.510	6.595
Comercialização de energia na CCEE	10.315	2.739
Fornecimento partes relacionadas	606	607
Total	32.371	23.151

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRRF sobre aplicação financeira	388	68	453	87
Imposto de renda sobre lucro líquido	-	860	5.864	5.129
Contribuição social sobre lucro líquido	-	-	699	833
Outros impostos a recuperar	-	-	922	1.069
Total	388	928	7.938	7.118
Ativo circulante	-	-	7.097	5.749
Ativo não circulante	388	928	841	1.369
Total	388	928	7.938	7.118

7. IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou bens substituídas é baixado. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração estimativa da vida útil efetiva dos itens. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas e (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. O valor consolidado do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

	Consolidado								
Taxa anual de depreciação %	Saldos 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos 31/12/2017
Parque eólico - Rio do Fogo	4	137.173	1.507	-	(9.428)	129.252	395	(576)	(9.833)
Outros ativos	20	62	-	(45)	-	17	-	-	-
Parques eólicos	4	557.265	5.861	(17.171)	(24.351)	521.516	284	(622)	(25.299)
Imobilizado em serviço		694.500	7.368	(17.216)	(33.779)	650.785	679	(1.214)	(35.132)
									615.117

8. INVESTIMENTO

Os investimentos em controladas em conjunto e coligadas, nas quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras individuais, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Apresentamos abaixo o movimento do saldo de investimentos:

	Participação %	31/12/2015	Aporte	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente (a)	31/12/2016
--	-----------------------	-------------------	---------------	---------------------------------	-------------------------	---------------------------------	-------------------

Força Eólica do Brasil S.A.	50%	191.368	20.000	(12.126)	-	(46.648)	152.595
Força Eólica do Brasil 1 S.A.	50%	152.783	-	21.245	(9.560)	-	164.469
Consolidado		344.151	20.000	9.119	(9.560)	(46.648)	317.064

Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil S.A.	99,99%	106.683	-	27.869	(12.380)	-	122.173
Força Eólica do Brasil 2 S.A.	50%	126.679	-	7.772	(3.399)	-	131.050
Controladora		577.513	20.000	44.760	(25.339)	(46.648)	570.287

	Participação %	31/12/2016	Aporte	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Resultado Abrangente (a)	31/12/2017
--	-----------------------	-------------------	---------------	---------------------------------	-------------------------	---------------------------------	-------------------

Força Eólica do Brasil S.A.	50%	152.595	41.303	(10.423)	-	1.178	184.654
Força Eólica do Brasil 1 S.A.	50%	164.469	-	33.066	(7.853)	-	189.680
Consolidado		317.064	41.303	22.643	(7.853)	1.178	374.334

Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil S.A.	99,99%	122.173	-	29.700	(2.055)	-	149.819
Força Eólica do Brasil 2 S.A.	50%	131.050	-	20.223	(4.803)	-	146.471
Controladora		570.287	41.303	72.565	(14.711)	1.178	670.623

9. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmantelamento de ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Os cálculos são feitos com base em perspectiva do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração à quantidade de MW total implantado no empreendimento, tendo como contrapartida o grupo do imobilizado.

	Empresa	31/12/2016	Reversão	Atualização	31/12/2017
Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil S.A.		5.753	(267)	656	6.142
Arizona 1 Energia Renovável S.A.		1.197	(247)	137	1.087
Mel 2 Energia Renovável S.A.		911	(187)	103	827
Caetité 3 Energia Renovável S.A.		1.347	(277)	153	1.223
Calango 2 Energia Renovável S.A.		1.271	(262)	145	1.154
Calango 3 Energia Renovável S.A.		1.282	(264)	146	1.164
Total		11.761	(1.504)	1.340	11.597

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

	Consolidado		Condições Gerais	Vencimento	Garantias
	31/12/2017	31/12/2016			

Moeda nacional					
BNDES(*)					
BNDES – Outros parques eólicos	254.637	304.577	TJLP+2,18%	15/04/2019	Calango 2 e 3: Início 15/08/2014 até 15/07/2030 Caetité 3 e Mel 2: Início 15/11/2013 até 15/10/2029 Arizona 1 Início 15/12/2013 até 15/11/2029
BNDES - Rio do Fogo	6.344	21.718	TJLP+3,50%	15/04/2019	

Santander					
Rio do Fogo	14.226	17.359	TJLP+4,25%	15/04/2019	Máquinas e equipamentos adquiridos com os recursos dos empréstimos e as receitas provenientes do contrato de compra e venda de energia firmado entre a Eletrobrás e a Companhia.
Total	275.207	343.654			Máquinas e equipamentos adquiridos com os recursos dos empréstimos e as receitas provenientes do contrato de compra e venda de energia firmado entre a Eletrobrás e a Companhia.
Circulante	48.435	46.969			
Não circulante	<u>226.772</u>	<u>296.685</u>			

(*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDES.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	Rio do Fogo	Parques Eólicos	Total
2019	6.810	26.833	33.643
2020	-	26.833	26.833
2021	-	26.833	26.833
2022	-	26.833	26.833
Após 2024	-	192.052	192.052
Total dívida bruta	6.810	299.384	306.194

(-) Garantias depósitos vinculados

	-	(72.640)	(72.640)
Total dívida líquida	6.810	226.744	233.554

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As despesas de imposto de

ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 09.012.586/0001-89

16. DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depreciação e amortizações	33	35	33	35
Serviços de Terceiros	1.452	92	3.617	4.000
Serviços de Partes Relacionadas (a)	11.253	12.056	11.613	12.635
Gastos com pessoal	1.390	1.110	7.597	1.740
Impostos sobre remessa ao exterior	4.493	4.288	4.493	4.288
Outras despesas operacionais líquidas	638	727	2.504	5.193
Total	19.259	18.308	29.857	27.891

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras	412	3.512	15.887	20.385
Aplicações financeiras	-	-	14.516	14.883
Outras receitas financeiras	412	3.512	1.371	5.502
Despesas financeiras	(243)	(398)	(36.314)	(38.764)
Juros sobre empréstimos com terceiros	-	-	(30.684)	(34.287)
Outras despesas financeiras	(243)	(398)	(5.630)	(4.477)
Variação monetária líquida	-	-	(7.059)	(5.091)
Total	(3.338)	3.114	(27.486)	(23.470)

18. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Considerações gerais e políticas: A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da Holding. Dentre os objetivos dispostos na política estão: o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do Grupo. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas seguem a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável. **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia e de suas controladas a expõem a diversos riscos financeiros: risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas. **Risco de taxas de juros e índice de preços:** A Companhia e de suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade das taxas de juros do mercado. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia e de suas controladas de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha um total de R\$ 1.808 em títulos e valores mobiliários, ambos no curto prazo. A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Acima de 5 anos				
			2018	2019	2020	2021	2022

Passivos financeiros não derivativos:

Empréstimos e financiamentos	275.207	526.055	52.144	50.127	48.383	46.544	44.676	263.668
------------------------------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	---------

Fornecedores	6.189	6.189	6.189	-	-	-	-	-
--------------	-------	-------	-------	---	---	---	---	---

Análise de sensibilidade: A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e os rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e taxas de juros vigentes ao final do período. - Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia e suas controladas no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Consolidado					
			Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS								
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,9%	1.808	125	156	187	

PASSIVOS FINANCEIROS

Empréstimos e financiamentos								
Dívida em TJLP	TJLP	Alta TJLP	7,0%	275.207	19.264	24.081	28.897	

Estimativa a valor justo: O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da **Elektro Renováveis do Brasil S.A.** Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elektro Renováveis do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elektro Renováveis do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo:** Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 21 de março de 2017. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

Nível (*)		Consolidado				
		2017		2016		
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
	Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
	Empréstimos e recebíveis					
	Contas a receber de clientes e outros	2	32.371	32.371	32.371	32.371
	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
	Caixa e equivalentes de caixa	1	85.661	85.661	61.931	61.931
	Títulos e valores mobiliários	2	83.853	83.853	52.813	52.813
	Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
	Mensurado pelo custo amortizado					
	Fornecedores	2	281.396	281.396	350.525	350.525
	Empréstimos e financiamentos	2	6.189	6.189	6.871	6.871
		2	275.207	275.207	343.654	343.654

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo: O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão. A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. **Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pelas controladas é produzida por parques eólicos. A possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais pode resultar na redução da geração de energia podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos para aquisição de energia suplementar. Devido as condições de vento no Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, o Grupo avalia este risco como baixo. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros. Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pelas controladas que é o de geração de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes. Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia e suas controladas seguem as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações do Grupo são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

19. COMPROMISSOS

As controladas da Companhia possuem contratos para execução de obras civis e para a fabricação, teste, envio, transporte, entrega em obra, descarga, montagem e funcionamento dos aerogeradores em regime de empreitada integral junto a Gamesa Eólica do Brasil Ltda e instalações e engenharia civil dos parques eólicos junto a Iberdrola Construção e Serviços Ltda. As controladas possuem também contratos com diversos arrendantes para entrega de área determinada com o objetivo de implantação de geradores eólicos. Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue (*):

	Vigência	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Calango 2								
GAMESA	2017 a 2022	787	2.293	2.316	2.340	2.364		10.100
Arrendamentos	2016 a 2032	365	384	403	423	433	5.558	7.566
ENGELMIG	2017 a 2022	216	225	234	243	253		1.170
Calango 3								
GAMESA	2017 a 2022	787	2.293	2.316	2.340	2.364		10.100
Arrendamentos	2016 a 2032	423	444	465	485	506	6.504	8.827
ENGELMIG	2017 a 2022	184	191	199	207	215		997
Caetitê 3								
GAMESA	2017 a 2022	2.278	2.351	2.424	2.498	2.574		12.124
Arrendamentos	2016 a 2032	336	353	370	389	431	5.525	7.404
ENGELMIG	2017 a 2022	124	129	134	139	145		672
Arizona 1								
GAMESA	2017 a 2022	2.420	2.203	2.231	2.260	2.289		11.403
Arrendamentos	2016 a 2032	658	692	727	763	426	5.466	8.732
ENGELMIG	2017 a 2022	428	445	463	481	501		2.318
Mel 2								
GAMESA	2017 a 2022	1.703	1.606	1.635	1.664	1.694		8.303
Arrendamentos	2016 a 2032	267	281	295	310	318	4.078	5.549
ENGELMIG	2017 a 2022	403	419	436	453	471		2.183

(*) Informações não auditadas

DIRETORIA
Mário José Ruiz-Tagle Larrain - Diretor
Laura Cristina da Fonseca Porto - Diretora
CONTADORA
Roberta Lentini Lourenço - CRC 1SP292773/O-6

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das comunicações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 08 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0